

PROJETO DE LEI nº 35112

Cria no âmbito do Município de Bertioga, o programa "Agenda 21 local" e dá outras providências.

Art. 1º Fica criado no Município de Bertioga o programa "Agenda 21 local" com a finalidade de normatizar, facilitar e integrar as ações necessárias ao planejamento sócio-econômico-ambiental participativo.

Art. 2º Para a execução do programa, o Município instituirá o "Fórum Agenda 21", cujo estatuto e regimento, criando, inclusive, o Grupo Executivo, serão definidos em Decreto.

§ 1º O "Fórum Agenda 21" será paritário entre os membros do poder público e da sociedade civil, composto por 14 (catorze) representantes e respectivos suplentes, assim distribuídos:

Executivo; a) 05 (cinco) representantes e respectivos suplentes do Poder

Legislativo; b) 01 (um) representante e respectivo suplente do Poder

Judiciário; c) 01 (um) representante e respectivo suplente do Poder

d) 07 (sete) representantes e respectivos suplentes de entidades legais de representação da sociedade civil, existente há mais de dois anos, com comprovação por estatuto ou contrato social e ata da última eleição de diretoria registrada em Cartório ou CNPJ, neste caso, se a instituição não necessitar eleger diretoria, sendo escolhidos em reunião específica e amplamente divulgada para tal fim.

§ 2º As atividades dos membros do "Fórum Agenda 21" serão exercidas a título gratuito.

§ 3º São atribuições do "Fórum Agenda 21":

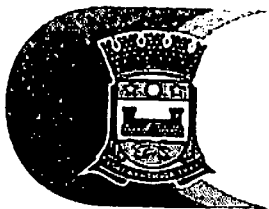
I - representar os interesses da comunidade;

II - propor grupos de trabalhos temáticos;

III - fornecer subsídios ao legislativo municipal e ao executivo municipal para a formulação de políticas públicas;

IV- sugerir alocação de recursos;

V - encaminhar e divulgar relatórios de suas atividades;



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Folhas 03
Proc. 504/12

VI - informar ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre eventuais irregularidades.

Art. 3º Para apoiar as atividades do "Fórum Agenda 21", o Município disporá a Casa dos Conselhos Municipais para atender e dar infraestrutura ao Fórum.

§ 1º O Município elaborará um Banco de Dados Sócio-econômico-ambientais, a partir dos resultados deste levantamento.

§ 2º Será garantido aos membros do 'Fórum Agenda 21' o acesso a esta base de dados oficiais.

Art. 4º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

a) Grupos de Trabalhos Temáticos: criados para pesquisar, fiscalizar e verificar temas, ações e procedimentos específicos a uma dada área da cidade, discutindo e hierarquizando diretrizes e resoluções sobre políticas setoriais e obras para toda a cidade, orientando a discussão da "Agenda 21 local".


b) Banco de Dados Sócio-econômico-ambientais: conjunto de informações estatísticas e geográficas e de registros administrativos para auxiliar o planejamento do programa.

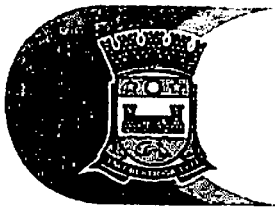
c) Planejamento Participativo: processo de discussão e de debates públicos na formulação de políticas públicas, planos de ação, orçamentos e estratégias.

Art. 5º O Município regulamentará esta Lei no prazo de sessenta (60) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bertioga, 22 de junho de 2012. (PA n. 5466/2012)


Arq. Urb. Jose Mauro Dedemo Orlandini
Prefeito do Município



Prefeitura do Município de Bertioga
Estado de São Paulo
Estância Balneária

Folhas 04
Proc. 509112

MENSAGEM EXPLICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Bertioga:

Pela presente exposição de motivos encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis o Projeto de Lei que "***Cria no âmbito do Município de Bertioga, o programa "Agenda 21 local" e dá outras providências***", pelos seguintes motivos:

A "Agenda 21" é um documento assinado entre os governos de 170 países, que se reuniram na Conferência Mundial do Meio Ambiente, em 1992, na cidade do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no mundo, a partir do século XXI.

Isto significa que cada um de seus signatários, dentro dos prazos acordados, adotará um conjunto de atividades e procedimentos que, no presente, melhorarão a qualidade de vida no planeta, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de obterem o mesmo status.

No seu capítulo XXVIII, a Agenda 21 fala que, sem o compromisso e cooperação de cada municipalidade, não será possível alcançar os objetivos firmados no documento, logo cada municipalidade foi, então, convocada a criar, com plena interferência e debate de seus cidadãos, uma estratégia local própria de desenvolvimento sustentável.

Esta "Agenda 21 local" é o processo contínuo pelo qual uma comunidade próxima (bairro, cidade, região) cria planos de ação destinados a adequar as suas necessidades à prática de viver dentro do conceito que se estabeleceu como sustentável.

No mundo, são cerca de duas mil cidades que já realizaram seu planejamento participativo, preparando-se para o novo milênio. No Brasil, este planejamento vem acontecendo em Belo Horizonte, Vitória, Vale da Ribeira, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. No Estado do Rio de Janeiro, diversos municípios (Rio de Janeiro, Niterói, Búzios, S.J.V. Rio Preto, Volta Redonda, Angra dos Reis, etc.) aprovaram ou estão aprovando leis similares a esta, no intuito de preservarem os seus recursos para as próximas gerações.

Com a "Agenda 21 local", a comunidade aprende sobre suas dificuldades, identifica prioridades e movimenta forças que podem transformar sua realidade.

Por todo o exposto, solicitamos aos Nobres vereadores a discussão e votação do presente projeto de lei, com a reconhecida competência que pautam os atos deste Egrégio Poder Legislativo.

Arq. Urb. José Mauro Dedemo Orlandini